



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Núcleo de Apoio Regional COPAM

Pág.: 1

PARECER JURIDICO
Processo: 12056/2005/001/2005
Documento: 116992/2005
Pag.: 008

PARECER JURÍDICO Nº. 116992 (NARCJEQ)	
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 12056/2005/001/2005	Indexado ao Parecer Técnico Nº.
Tipo de processo:	
Licenciamento Ambiental () Auto de Infração (X)	

1. Identificação

Empreendimento (Razão Social) /Empreendedor (nome completo): Prefeitura Municipal de Jacinto	CNPJ / CPF: 18.349.910/0001-40
Empreendimento (Nome Fantasia) Deposito de Lixo	
Município: Jacinto/MG	
Atividade predominante: Disposição final de resíduos sólidos	
Código da DN e Parâmetro Atividade...: E-03-07-7 - tratamento e/ou disposição final de resíduos sólidos urbanos	
Porte do Empreendimento Pequeno (X) Médio () Grande ()	Potencial Poluidor Pequeno (_) Médio () Grande (_)
Classe do Empreendimento Classe – 1	
Fase do Empreendimento AUTO DE INFRAÇÃO – (AI)	

2. Histórico

Advertências Emitidas Nº:	Multas Nº:
---------------------------	------------

2



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Núcleo de Apoio Regional COPAM

Processo:12056/2005/001/2005
Documento: 116992/2006



Pag.: 009

Pág.: 2

3. Introdução:

Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do Processo Administrativo nº.12056/2005/001/2005 referente ao Auto de Infração nº.15126/2005, lavrado em desfavor da Prefeitura Municipal de Jacinto.

4. Discussão:

A Prefeitura Municipal de Jacinto foi autuada em 01/08/2005 como incurso no artigo 19, §1º, item 2 e §3º, item 6 do Decreto 39.424/98, parcialmente alterado pelo Decreto 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade:

“Deixar de atender a Deliberação Normativa COPAM nº. 52/2001, ao não adotar no depósito de lixo as medidas minimizadoras dos impactos ambientais determinados pelo art.2º da referida Deliberação e causar poluição ou degradação ambiental pelo lançamento dos resíduos sólidos urbanos em depósitos a céu aberto – lixão.”

O processo encontra-se formalizado. Conforme se verifica às fls.03, o Auto de Infração nº.15126/2005 foi enviado através de ofício OF DISAN/Nº. 665/2005, tendo sido recebido em 19/09/2005, consoante demonstra o Aviso de Recebimento – AR de fls.06. Todavia, apesar de regulamente notificada, referida Prefeitura não apresentou Defesa.

Assim sendo, conforme dispõe o art. 36, parágrafos único, da Deliberação Normativa COPAM nº. 30/98, o presente processo deverá ser julgado de plano, senão vejamos:

Art. 36...

Parágrafo único – O processo administrativo decorrente de Auto de Infração, no qual o autuado, embora tomando conhecimento do mesmo não tenha apresentado defesa, será julgado de plano, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico e, posteriormente, deverá ser notificado da decisão.

Diante do exposto, considerando a não apresentação de Defesa pela Prefeitura Municipal de Jacinto, remetemos os autos à Diretoria da FEAM para julgamento da infração leve e à Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM para julgamento da infração gravíssima, sugerindo a aplicação das seguintes penalidades:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Núcleo de Apoio Regional COPAM

Pág.: 3

• 1 (uma) multa no valor de R\$ 403,41, nos termos do artigo 1º, inciso I, alínea "a" (**infração leve**, c/c porte pequeno do empreendimento), c/c artigo 2º, §1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº. 27/98, com alterações dadas pela Deliberação Normativa COPAM nº. 64/03.

• 1 (uma) multa, no valor de **R\$ 10.641,00**, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "a" (**infração gravíssima**, c/c porte pequeno do empreendimento) c/c artigo 2º, §1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº. 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM 64/03.

É o parecer, s.m.j

5. Parecer Conclusivo

Favorável à aplicação de penalidade: () Não (X) Sim

6. Data / Responsável

Data: 07 de abril de 2006

Responsável(s)

Rosane de Moraes - OAB/MG 66.768

Assinatura / Carimbo

Rosane de Moraes
Rosane de Moraes
Assessora Jurídica
OAB/MG 66.768

De acordo:

Eliana Piedade Alves Machado
Coordenadora NARC COPAM Jequitinhonha

Eliana Piedade Alves Machado
JRC/COPAM JEQUITINHONHA
Eliana Piedade Alves Machado
Coordenadora
MASP 1020665-4